

De: BRASEMB JACARTA

Recebido em: 21/01/2015 09:48:15 N.º: 00049

CARAT=Ostensivo

---

De Brasemb Jacarta para Exteriores em 21/01/2015 (ACLBC)

CODI=

CARAT=Ostensivo

DEXP=

BLEGIS=

PRIOR=Normal

DISTR=DASEAN/DAC/DDH/DCJI/AFEPA/AIG

DESCR=BRAS-INDO-CASC

RTM=HOLBREM,AASBREM,NIGBREM

RTM/CLIC=GRPSUDAS

REF/ADIT=[TEL 45](#), [TEL 38](#), [DET 31](#)

CATEG=MG

//

Brasil-Indonésia. Assistência consular. Casos Marco Archer e Rodrigo Gularte. Declarações do Governo

//

Nr. 00049

Rogo retransmissão via CLIC para os Postos no Sudeste Asiático

Retransmissão automática para Brasemb Haia, Brasemb Camberra e Brasemb Abuja

RESUMO=

O Presidente Joko Widodo, o Vice-Presidente Jusuf Kalla, Ministros e outras autoridades do Governo indonésio se manifestaram sobre as recentes execuções de condenados à pena de morte no país: defenderam a medida como demonstração de firmeza no combate às drogas; e avaliaram como normais os chamamentos para consultas dos Embaixadores do Brasil e dos Países Baixos.

Transmito manifestações do Presidente da República, Joko

---

Widodo, do Vice-Presidente, Jusuf Kalla, de Ministros e de outras autoridades indonésias sobre as execuções de condenados à pena de morte por tráfico de drogas no dia 18/1 e suas repercussões para as relações com o Brasil e os Países Baixos.

2. Com a manchete "Jokowi Refuses to Budge on Clemency Issue", o diário "The Jakarta Post" noticiou que, durante visita a uma mesquita em Pontianak, na província de Kalimantan Ocidental, no dia de ontem, 20/1, o Presidente Joko Widodo voltou a declarar que o país estava em estado de emergência pelo uso de drogas. Ele reiterou que rejeitaria pedidos de clemência para os condenados por tráfico de drogas, e afirmou, nas palavras do jornal: "I`m confident the heads of state who contacted me are also under pressure there".

3. O Vice-Presidente Jusuf Kalla, em entrevista a canal de televisão local, afirmou que outros países deveriam respeitar a posição do Governo indonésio sobre seus problemas domésticos. Afirmou que a retirada dos Embaixadores do Brasil e dos Países Baixos era uma medida diplomática normal, de natureza temporária, que não poria em risco as relações com os dois países.

4. O Ministro da Justiça, Yasonna Laoly, afirmou respeitar os países amigos que defendem seus cidadãos e tentam obter clemência, mas que a decisão sobre as execuções já havia sido tomada. Citou a Malásia e Cingapura como exemplos de firmeza no tratamento das drogas a serem seguidos pela Indonésia.

5. Também foi noticiado que a Comissão I sobre Assuntos Estrangeiros e de Defesa da Casa dos Representantes (equivalente à Câmara dos Deputados brasileira) aplaudiu a política do Presidente da República de executar os condenados e o encorajou a rejeitar pedidos em sentido contrário de governos estrangeiros.

6. O Procurador-Geral, H. M. Prasetyo, por sua vez, teria declarado que a Indonésia não iria se curvar à pressão internacional e retomaria as execuções com prioridade para os condenados por crimes relacionados às drogas, independentemente de suas nacionalidades.

7. A Chanceler Retno Marsudi declarou que o Governo esperava que os demais países respeitassem a posição firme adotada em relação aos narcóticos. Assinalou que a Indonésia nunca hostilizou seus parceiros e que continuaria a trabalhar para o fortalecimento das relações bilaterais. Informou ter sido

rejeitado apelo da Chanceler da Austrália, Julie Bishop, em favor de dois nacionais australianos, fato que esperava não vir a prejudicar as relações entre Jacarta e Camberra.

8. Em conferência de imprensa ontem, 20/1, na sede da Chancelaria, o Porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Armanatha Nasir, esclareceu que o Brasil e os Países Baixos ainda mantinham presença nesta capital e que a chamada para consultas de seus Embaixadores não era o mesmo que uma retirada ("withdrawal"), não se tratando, portanto, de rompimento das relações diplomáticas. Afirmou que a Chancelaria respeitava os direitos de cada país de chamar seus embaixadores para consultas e que mantinha abertos os canais de comunicação com Brasil e Países Baixos, com quem buscava manter boas relações. O Porta-voz também informou da rejeição do pedido de clemência a australianos feito pela Chanceler da Austrália, expressando confiança de que as relações com aquele país não seriam "perturbadas".

9. A imprensa também noticiou o chamamento para consultas do Embaixador da Nigéria nesta capital, porém o Posto apurou junto à Embaixada daquele país que se tratava de informação inverídica. A Nigéria teria, até o momento, apenas convocado o Embaixador da Indonésia em Abuja para manifestar seu protesto pela execução de nigeriano em 18/1.

LEONARDO CARVALHO MONTEIRO, Encarregado de Negócios, a.i.

RAC